

A ARTE COMO MEIO DE HUMANIZAÇÃO E DE TRANSFORMAÇÃO DE SUJEITOS CONSCIENTES DE SUA PRÓPRIA REALIDADE

Jullie Selau Koppe¹
Joel Cezar Bonin²

Recebido em: 7 ou. 2020
Aceito em: 16 nov. 2020

RESUMO: Este artigo pretende trazer uma reflexão no que diz respeito ao desenvolvimento da Arte bem como sua importância na Educação e na necessidade de um olhar humanizado no desenvolvimento de políticas públicas que tragam acesso aos sujeitos se fizerem presentes e participantes de uma Gestão escolar no qual estão inseridos, capazes de tornarem-se conscientes e transformadores e pertencentes desse meio. Faz uso da metodologia pesquisa-ação, uma vez que pretende-se que os sujeitos envolvam-se de modo participativo e cooperativo, numa pesquisa de abordagem qualitativa onde considera-se a relação entre o mundo e o sujeito, necessitando ser descritiva, pois pretende-se analisar os dados indutivamente. Ao abordar o tema, percebemos que é necessário abrir um campo de reflexão sobre a importância da Arte, isto significa que é preciso torná-la acessível a todos os sujeitos. Ao mesmo tempo, a Arte se mostra um caminho possível de modificação e transformação da própria história de vida das pessoas como mecanismo de superação e transformação da própria realidade. Diante disso cabe aos professores de Arte, bem como profissionais que administram e que fazem parte de uma Gestão Escolar atual, proporcionar o acesso à transformação pessoal e coletiva, pois assim o processo de humanização é recíproco e o trabalho das Artes extrapola o mero ensino/aprendizagem e se torna um meio de mudança e melhoramento de toda vida social, escolar e pessoal, pois crê-se que real mudança acontece na medida em que todos os envolvidos no processo educacional se tornam sujeitos responsáveis e conscientes de transformação do seu meio.

Palavras-chave: Arte. Pertencimento. Educação. Transformação.

ART AS A MEANS OF HUMANIZATION AND TRANSFORMATION OF SUBJECTS CONSCIOUS OF THEIR OWN REALITY

ABSTRACT: This article intends to bring a reflection with regard to the development of Art as well as its importance in Education and the need for a humanized look in the development of public policies that bring access to the subjects to be present and participants in a School Management in which they

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação Básica (PPGEB) da UNIARP-Caçador-SC. Professora do Colégio Astolpho Macedo Souza e do Colégio Padre Giuseppe Bugatti (Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, União da Vitória-PR). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1623-2354>. E-mail: julliekoppe@hotmail.com

² Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Básica (PPGEB) da UNIARP-Caçador-SC. Doutor em Filosofia pela PUC-PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0437-7609>. Email: boninj7@gmail.com

are inserted, capable of becoming aware and transforming and belonging to this environment. The article makes use of the action research methodology since it is intended that the subjects are involved in a participatory and cooperative way, in qualitative research where the relationship between the world and the subject is considered, needing to be descriptive, as it intends to analyze the data inductively. When approaching the theme, we realize that it is necessary to open a field of reflection on the importance of Art, this means that it is necessary to make it accessible to all subjects. At the same time, Art shows itself as a possible way of modifying and transforming people's own life history as a mechanism for overcoming and transforming their own reality. With that, it is up to Art teachers, as well as professionals who administer and who are part of a current School Management, to provide access to personal and collective transformation, as this way the humanization process is reciprocal and the work of the Arts goes beyond mere teaching/learning and becomes a means of change and improvement of all social, school and personal life, as it is believed that real change happens to the extent that everyone involved in the educational process becomes responsible and aware of the transformation of their environment.

Keywords: Art. Belonging. Education. Transformation.

INTRODUÇÃO

A história da arte se confunde com a história da própria raça humana. Assim sendo, falar sobre arte e falar sobre seres humanos se torna uma sinonímia, exatamente porque a arte, bem como a cultura são invenções humanas. Dessa maneira, começamos nossa reflexão investigando a importância do papel da arte muito antes dos currículos e das instituições de ensino, isto é, nosso trabalho se fundamenta na necessidade de entender a arte como peça-chave para a sobrevivência dos povos e como forma de expressão humana que existe desde os primórdios do período rupestre. Nesse período, as cenas de caça eram representadas (nas paredes das cavernas) sempre com animais selvagens gigantes, a fim de demonstrar o evento da caça da forma mais real possível. Além disso, também eram representadas cenas de rituais religiosos e danças, principalmente como forma de comunicação. Com o tempo, os seres humanos passaram a estruturar melhor a sociedade e as formas de fazer arte passaram a ser mais sofisticadas e mais complexas.

Outrossim, durante o período colonial nas vilas jesuíticas, registros revelam a o uso da arte como catequização dos indígenas por meio da literatura, música, teatro, dança, pintura e artes manuais. “Ensinava-se a arte renascentista, mas valorizam também as manifestações artísticas locais” (BUDAZ *in* NETO, 2004, p. 15).

Em 1808, com a vinda da família real ao Brasil, e para atender a corte

portuguesa, destacou-se a vinda de um grupo de artistas franceses com os quais os estudantes poderiam aprender exercícios de cópia e reprodução de obras consagradas, o que caracterizou na época o ensino tradicional de artes. De outra parte, a laicização do ensino no Brasil colocou fim aos colégios-seminários, havendo uma necessidade de dicotomização do ensino da arte, ficando dividido em *Belas Artes e Música* para a formação estética e o de *Artes Manuais e Industriais* para fins mais focados na produção em série.

Em 1890, com a proclamação da República ocorreu a primeira reforma educacional do Brasil, marcada pelos conflitos de ideias positivistas e liberais. Os positivistas defendiam a necessidade de um ensino voltado ao desenho geométrico, pois acreditavam na função da arte para desenvolver o pensamento científico, e os liberais defendiam a necessidade de um ensino voltado para a preparação do trabalhador para o mercado de trabalho. No fim das contas, o ensino da arte acabou sendo direcionado para ambas, ou seja, para as técnicas científicas e para as artes manuais.

Não obstante, 30 anos depois, o ensino de arte passou a ser influenciado por movimentos políticos e sociais de matriz brasileira, pois após a Semana da Arte Moderna em 1922, os artistas modernistas da época usaram o sentido antropofágico de transformar o que vinha de fora, ou seja, o de devorar a estética europeia que reinava na época e transformá-la em uma arte brasileira, passando a valorizar a expressão singular do artista nacional e rompendo os modos de representação de mera cópia estrangeira.

A partir desta situação, o ensino de arte passou a ter o seu principal enfoque na expressividade, na espontaneidade e na criatividade, rompendo os padrões estéticos da escola tradicional. Dessa forma, vários artistas começaram a defender a necessidade e importância da arte como disciplina escolar, pois ainda nessa época o ensino da arte era privilégio para alguns, de acordo com a classe social.

Somente a partir da década de 1960, os movimentos artísticos começaram a intensificar-se através das Bienais, propondo um novo ensino e uma nova realidade social através da música, do teatro, das artes plásticas, tendo forte influência ideológica cultural, o que acabou por despertar a desconfiança do regime militar³

³ Vale destacar que a ditadura militar brasileira foi um regime de controle político e social instaurado no Brasil em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares.

imposto à época em nosso país. Tal desconfiança ocasionou uma intensa repressão a vários artistas, professores, políticos e intelectuais que se opunham a este regime. Todavia, tal fato teve grande importância na época, pois embora fosse contraditório gerou força para tornar o ensino da arte obrigatório (disciplina de educação artística) no Brasil, por meio da lei n. 5.692/71 (SUBTIL, 2012).

Em 1988, havendo a necessidade de uma nova Constituição, os movimentos sociais realizaram encontros, passeatas e eventos que promoveram a discussão para propor novos fundamentos para a educação. Tais propostas curriculares pretendiam fazer da escola um espaço de transformação social; assim, o ensino da arte propôs uma formação do aluno pelo viés da “humanização dos sentidos” diz respeito à transformação necessária de novas relações e valores, ações, técnicas construídas e desenvolvidas por um grupo. De 1997 a 1999, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), passaram a ser os novos orientadores do ensino. Dessa maneira, os PCNs de Artes tiveram sua principal fundamentação na proposta de Ana Mae Barbosa, quando o ensino de arte passou a compor as áreas de linguagens, códigos e suas tecnologias.

Em 2003, dentro do contexto do estado do Paraná, iniciou-se um processo de discussão e construção coletiva de uma nova diretriz curricular ampliando o conceito das dimensões artísticas, filosóficas e científicas dando o devido valor à arte, a partir do destaque dos elementos da cultura regional do Paraná. Assim sendo, houve uma conquista muito significativa para os professores de Arte que, através da Instrução Secretarial n. 015/2006 conseguiram o número de 2 aulas semanais da disciplina no ensino médio e fundamental, resultando em uma equidade nas disciplinas e o consequente aumento do número de aulas. Além disso, ocorreu a retomada dos concursos públicos para professores da área pois nesse momento consolidou-se a exigência de profissionais habilitados para atuarem no desenvolvimento da disciplina, tendo em vista a busca de uma maior qualidade no ensino da arte, estimulando, igualmente, o estudo de professores pesquisadores.

Outro fator muito importante foi que no ano de 2008, tivemos a obrigatoriedade de duas leis que ampliariam as possibilidades do ensino da arte: - a) a lei 11.645/2008 que estabelece a obrigatoriedade da temática – “História e Cultura Afro, e b) lei 11.769/2008 que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica.

Desta forma, é possível ver o quanto foram significativos esses avanços pois o ensino da arte passou a se preocupar com o desenvolvimento do sujeito frente a

sociedade levando em conta todo conhecimento vindo do aluno e sua aplicação no mundo dos saberes e das vivências. Dito isso, se faz necessário compreendermos alguns aspectos importantes que dão sentido e significado ao estudo e ao papel da arte dentro dos currículos escolares. Desse modo, nosso texto versará, além da introdução, sobre os seguintes tópicos: - *Arte na educação*; - *Arte como humanização*; - *O ensino da arte hoje*; *Políticas Públicas, Gestão Escolar e Considerações Finais*. Tais elementos nos ajudarão a verificar que, além do fato da arte ser um elemento realmente humano, ela também tem o valor de transformar, revolucionar e conscientizar a vida de muitas pessoas que estão à procura de um sentido para suas vidas.

ARTE NA EDUCAÇÃO

Pensar a arte na educação é fundamentar e ampliar a possibilidade de conceitos e visões de mundo. Assim sendo, nesse processo, várias formas de utilizar e conceituar a arte passaram a ser significadas a partir das ideias de Platão. Ele nos traz como definição a arte como mimese (imitação); seu pensamento baseava-se na diferenciação entre o mundo inteligível - o mundo das ideias, da inteligência e o mundo das coisas sensíveis, o mundo dos seres vivos e da matéria (BOSI, 1991, *apud* PARANÁ, 2008).

Segundo Platão, toda representação artística é uma forma de recordar aquilo que está no mundo das ideias. É sempre uma imitação ou cópia imperfeita das ideias perfeitas. Assim, Platão, em suas grandes ideias, afirmava que o mundo das ideias era o único mundo verdadeiro. Assim, o mundo sensível era apenas sombra ou cópia, o qual teria menor importância. Sendo assim, a arte passou a ser reduzida a uma simples reprodução, uma cópia ilusória, como algo sem valor. Já para Aristóteles (384-322 a.C), a verdade do conhecimento humano reside não num mundo transcendente, separado das coisas e da experiência, mas nas formas que as coisas contêm e nas marcas correlatas que ficam impressas nas ideias da mente humana. Assim, a arte é uma representação total de algo, porém necessita de uma reflexão e sentimentos criados pelo artista como sustentação do seu processo de criação. Aliás, é assaz necessário destacar que a arte para Aristóteles tem um papel de catarse e de aperfeiçoamento do sujeito, contribuindo para o autoconhecimento e sua transformação.

Assim, mesmo que as ideias de Platão e Aristóteles tenham sido apresentadas no século IV a.C., elas permanecem vivas nos modos de compreensão da arte. Aliás, a arte passou a trabalhar concepções como imitação e representação a partir destes dois pensadores gregos que se fazem presentes nas aulas e no processo educativo-criativo da arte ainda hoje. Dessa maneira, o ensino da arte se baseia numa reflexão da real necessidade da sua função, ampliando a diversidade de pensamento, de criação artística, bem como, o pensamento crítico, pautando-se em diálogos entre a realidade da sala de aula e o conhecimento aplicado.

ARTE COMO HUMANIZAÇÃO

Diante do exposto no item anterior, o ensino da arte passa a ter fundamental sentido no que se refere a representação e a expressão da capacidade de transformação dos seres humanos. Para Fischer,

A arte, está presente desde os primórdios da humanidade, é uma forma de trabalho criador. Pelo trabalho, o ser humano transforma a natureza e a si, pois ao produzir a própria existência retirando da natureza o seu sustento, transforma os objetos em ferramentas que lhe possibilitam acelerar o processo de transformação do natural em humano (FISCHER, 2002, p. 23).

Diante disso, vemos que o ser humano é capaz de produzir, recriar e, principalmente através da arte, buscar a sua transformação. A arte passa a ter o conceito de humanização, pois é por meio dela que o ser humano se torna consciente da sua existência individual e social, levando-o a interpretar o mundo e a si mesmo. Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, o ensino da arte, “deve interferir e expandir os sentidos, a visão de mundo, aguçar o espírito crítico, para que o aluno possa situar-se como sujeito de sua realidade e de sua transformação histórica” (PARANÁ, 2008, p. 56).

Nesse sentido, educar os alunos em arte é possibilitar-lhes um novo olhar e “um ouvir mais crítico” e interpretar, além da realidade, um novo mundo, com possibilidades novas de transformação. Dessa forma, a arte tem uma imensa capacidade de desenvolver o questionamento crítico e a sensibilização dos estudantes, principalmente, tendo em vista a colaboração de uma formação mais pessoal, podendo contribuir significativamente para a humanização dos sentidos, seja para a superação da condição humana ou para o aprofundamento de temas relacionados ao saber da arte.

O ENSINO DE ARTE HOJE

Através deste levantamento de informações, foi possível perceber a importância da arte em diferentes momentos uma vez que em cada fase histórica, ela se mostrou com necessidades sociais específicas. Nesse caminhar, vemos que a arte buscou se solidificar através de leis que lhe garantiram a devida importância. Com tal compreensão, os sujeitos foram capazes de transformar e significar o seu meio. Ensinar arte hoje, sugere uma prática pedagógica que aborde o conhecimento universal de diferentes formas, imagens e aspectos. Alguns destes elementos já estão presentes na sociedade e outros precisam ser desenvolvidos. Contudo, o elemento-chave é o de relacionar os saberes da arte com a realidade do aluno e o seu entorno, bem como, apresentar o olhar dos artistas, das produções artísticas, bens culturais, patrimônio, cinema, mídias que fazem parte do cotidiano das crianças, adolescentes e jovens como formas de despertar a sensibilidade e a sensibilidade para o mundo das ideias e das coisas. Assim, as Diretrizes Curriculares de Artes do Estado do Paraná – (DCEs) apontam que:

O trabalho do professor de Artes é o de possibilitar o acesso e mediar a percepção dos conhecimentos sobre arte, para que o aluno possa interpretar as obras, transcender as aparências e aprender pela arte, aspectos da realidade humana em sua dimensão singular e social. Ao analisar uma obra, espera-se que o aluno perceba que, no processo de composição, o artista imprime sua visão de mundo, a ideologia com a qual se identifica, o seu momento histórico e outras determinações sociais. Além de o artista ser um sujeito histórico e social, é também singular e, na sua obra apresenta uma nova realidade social. (PARANÁ, 2008, p. 70).

Como vimos, muitas são as variáveis que se fazem presentes para que seja possível a efetivação de um ensino em arte nas escolas hoje. Contudo, há fatores que, muitas vezes, colocam os professores de arte em uma “saia justa”, pois estes competem com o mundo das novas tecnologias, que é mais atrativo em virtude da mídia e da internet, que hoje influencia de maneira muitas vezes empobrecida e não significativa a vida dos estudantes, criando um ambiente miserável de conteúdos e de informações demarcadas pela indústria cultural. Diante disso, se torna salutar utilizarmos uma referência do pensamento da escola filosófica de Frankfurt, a partir do texto “Dialética do Esclarecimento”, de Adorno e Horkheimer:

A indústria cultural não cessa de lograr seus consumidores quanto àquilo que está continuamente a lhes prometer. A promissória sobre o prazer, emitida pelo enredo e pela encenação, é prorrogada indefinidamente: maldosamente, a promessa a que afinal se reduz o espectáculo significa que jamais chegaremos à coisa mesma, que o convidado deve se contentar com a leitura do cardápio. Ao desejo, excitado por nomes e imagens cheios de brilho, o

que enfim se serve é o simples encómio do quotidiano cinzento ao qual ele queria escapar. (ADORNO, HORKHEIMER, 1947, p. 66)

Essa sedução enfraquecida e manipuladora de temas artísticos ou de formação humana, bem como, a falta de uma formação familiar sólida tem contribuído fortemente para a criação de seres humanos (nesse caso, jovens estudantes) descontentes e insatisfeitos com suas vidas. Assim, com essa conclusão, vê-se, com frequência, em sala de aula, atitudes de revolta dos alunos. Tais comportamentos, reiteradamente reproduzidos, desafortunadamente são pouco estudados. Dito isso, é comum se verificar ações marcadas pela explosão e pela violência que passam a ser caracterizadas de diversas formas na escola: *aluno X aluno*; *aluno X professor*; *abusos*, *violência familiar e/ou violência patrimonial*.

Diante deste cenário, visualizam-se formas de resolução destes conflitos. Esses conflitos, de todo modo, são decorrentes de fortes choques entre vivência pessoal e vivência coletiva. Assim, é importante lembrar que, do ponto de vista aristotélico, as manifestações pessoais da violência podem ser usadas como formas de catarse. Assim, fica uma questão: seria possível converter essa catarse em arte? Em outras palavras, a catarse pode ser redirecionada por meio da arte, dando um novo viés para a violência, carregando a manifestação da dor em novas formas de expressão que não impliquem mais na explosão da angústia em violência, mas em novas formas educativas e criativas de manifestação das identidades pessoais.

Sendo assim, quando analisamos a realidade desses sujeitos e o que os levam a ter tais ações perante as dificuldades mostradas, pode-se refletir sobre a necessidade de explicações que possam dar conta de ressignificar e transformar o mundo desses estudantes. Dessa forma, quando uma escola se caracteriza por ter estudantes que usam, reiteradamente, da violência para ofender o patrimônio público (por exemplo), é preciso encarar tal problema como uma *doença*, um problema público que necessita ser trabalhado pelos educadores. Dessa forma, vê-se com urgência, a necessidade de aplicação ou criação de políticas públicas que apresentem soluções para a transformação destes estudantes em sujeitos mais reflexivos e capazes de repensar suas ações diante da vida.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Dessa maneira, para entendermos a necessidade de uma política pública, é

preciso entender a sua definição. Para Celina Souza, professora da UFBA e Pesquisadora Visitante do Departamento de Ciência Política da USP:

Não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) a define como um conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006, p.34).

Para esses autores, políticas públicas são ações que precisam ser pensadas na busca de uma melhor solução para o problema vigente. De outra banda, para Leonardo Secchi (2014), falar sobre política pública é o mesmo que falar sobre problema público, pois esta seria a diferença entre o *status quo* problemático e uma situação ideal possível. Entende-se, dessa forma, que para que um problema seja considerado público, ele precisa ser de interesse geral. Mas e na educação? Como podemos usufruir deste entendimento na resolução de problemas que atingem uma escola? Para responder tal questão, buscamos uma definição de políticas educacionais. Para tanto, Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França definem que:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar. (OLIVEIRA; PIZZIO; FRANÇA, 2010, p. 84).

Dessa maneira, o fato que hoje preocupa cada vez mais e que vem trazendo efeito contínuo e cotidiano nas escolas, é o fato de os alunos usarem da violência como uma forma de expressão de desabafo ou como pedido de ajuda para a resolução dos seus problemas. Dessa forma, vemos assim que nasce uma necessidade de transformação nas escolas para o despertar da humanização e da arte como instrumento desses sujeitos a fim de que eles tenham capacidade e maturidade na resolução dos seus problemas, bem como, na vontade e na tomada de iniciativa da melhora de seus dias.

Para corroborar com essa ideia, Foucault (2004) afirma que

As "artes da existência" devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 2004, p. 198-199).

Dessa maneira, Foucault está afirmando que o processo de transformação dos sujeitos perpassa uma capacidade de transformação de si mesmos que envolve elementos estéticos e, porque não dizer, elementos éticos também. Em outras palavras, o que se quer dizer é que a sensibilidade (*aisthesis-estética*) é um elemento importante de mudança, pois ela contribui para a assimilação de hábitos (*ethos-ética*). Tocar a sensibilidade artística destes estudantes pode ser um meio de transformação da própria realidade e dos comportamentos, pois sugere a necessidade de rever as ações e atitudes diante do mundo. Isso demonstra a importância da capacidade de modificação do próprio "eu". Essa capacidade de modificação e reflexão leva-os a buscar significado para suas existências e novas possibilidades de expressão. Para Loureiro:

As relações sociais que se estabelecem na escola, na família, no trabalho ou na comunidade possibilitam que o indivíduo tenha uma percepção crítica de si e da sociedade, podendo, assim, entender sua posição e inserção social e construir a base de respeitabilidade para com o próximo (LOUREIRO, 2003, p. 73).

Assim sendo, a necessidade de políticas públicas precisa ser pensada sob a ótica de sensibilizar e de tornar os sujeitos conscientes através de ações que envolvam a escola e a comunidade em geral, pois acredita-se que a partir do momento que os alunos estabelecem vínculos com a escola, os mesmos crescem junto com o ambiente escolar, desistindo/superando a violência e as práticas autodestrutivas. Tais ações podem ser feitas através da arte como meio de humanização, pois a arte tem um poder de "conversão" muito forte, conforme afirmado por Foucault em uma entrevista concedida para a organização *Currículo sem Fronteiras* em Minas Gerais, no ano de 1973: "É na obra que o homem encontra seu abrigo e seu lugar. É nela que ele habita, é ela quem constitui sua pátria. Sem ela, o autor não teria, literalmente, existência" (FOUCAULT, 2011, p. 51).

Dessa forma, afirmamos que cabe à escola, criar ações que efetivem o interesse desses alunos, para que eles incorporem, em suas práticas cotidianas, como sujeitos ativos e pertencentes de seu meio, atitudes de empoderamento e de autoconscientização. Espera-se igualmente que participem em maior número de

ações artísticas de humanização, embelezamento e pertencimento na escola. Espera-se, outrossim, que a escola também promova através de um maior envolvimento desses estudantes, atividades que incluam o conselho escolar, participação em grêmios, ou quaisquer outras associações que reúnam a direção, funcionários, pais, alunos e professores com o intuito de criar espaços nos quais possam dialogar e negociar soluções para o interesse da comunidade escolar, a fim de demudar a escola em um local atrativo de respeito aos indivíduos, de participação coletiva e de pertencimento de uma vivência construtora de sentimentos e valores. Dessa maneira, a escola precisa ser um local fundamental para a construção, a mudança e a reflexão sobre o sentido da vida, da transformação individual e coletiva. Desse modo, uma escola de referência precisa ter como objetivo na sua gestão, o acolhimento dos sujeitos que nela estão e fazem parte, desenvolvendo ações na busca por melhorias, cumprindo metas na busca da qualidade de ensino para todos, fundamentalmente aqueles que atravessam dilemas e problemas de vida. Certamente, a arte, nesse contexto, pode assumir um papel fundamental na vida dessas pessoas na medida em que ela pode ser um meio de mudança e de reconhecimento do direito à autodeterminação e ao autoconhecimento.

GESTÃO ESCOLAR

A Gestão Escolar pode ser entendida como um conjunto de estratégias e metas que precisam ser realizadas do início ao final do ano envolvendo as áreas administrativa, pedagógica e financeira de uma escola. Além disso, a gestão precisa pensar constantemente em inovações e soluções tanto burocráticas na melhoria e na eficácia do ensino quanto na busca de parcerias que otimizem os processos garantindo uma melhor qualidade e garantia do ensino.

Para Lück:

O conceito de gestão está associado à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, à ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um "todo" orientado por uma vontade coletiva (LÜCK, 2005, p. 17).

Nesse conceito vemos que a Gestão Escolar surge como uma orientação e como referencial para a organização do trabalho na educação, afinada com as diretrizes e políticas educacionais. Segundo Libâneo (2004, p. 89) "o gestor escolar na dimensão política exerce o princípio da autonomia que requer vínculos mais

estreitos com a comunidade educativa, os pais, as entidades e organizações paralelas à escola.”

Dessa forma, vemos como o ato de gestar e de desenvolver uma gestão de ordem democrática perpassa caminhos muitas vezes dolorosos e muitas vezes conflituosos na medida que as pessoas ali presentes assumem cada qual o seu papel, mas isso nem sempre corresponde à realidade, pois um dos principais elementos que orienta a vida social (seja em uma cidade ou em uma comunidade escolar) é a necessidade de comprometimento ético e autêntico pelo “todo”.

Assim, para Habermas,

O modo como sentimos nossa vida está mais ou menos determinado pelo modo como nós mesmos nos entendemos. Por isso, os discernimentos éticos sobre a interpretação dessa autocompreensão intervêm na orientação de nossa vida. Como discernimentos que vinculam a vontade, eles provocam uma condução consciente da vida. Nisso se manifesta a vontade livre no sentido ético. Do ponto de vista ético, a liberdade de vincular meu arbítrio a máximas da prudência se transforma na liberdade de decidir-me por uma vida autêntica (HABERMAS, 2002, p. 41).

Dessa maneira, saber valorizar o que há de melhor nas pessoas, saber delegar funções e administrar democraticamente a vida da escola são necessidades que precisam de pessoas que se sintam motivadas para a realização efetiva da gestão escolar. Portanto, diante do tamanho do envolvimento e das ações que a vida escolar demanda, fica clara a importância de uma Gestão que se preocupa com o todo e que busca em suas ações a humanização através da valorização de cada indivíduo.

Assim, segundo Freire (2013, p. 104): “É decidindo que se aprende a decidir”. Contudo, traçar um caminho que leve à gestão democrática na escola não é tarefa fácil, pois não se obtém a participação da comunidade escolar da noite para o dia. É preciso transformar pensamentos em ações; é preciso coesão, dinâmica, força de vontade e comprometimento para que, de fato, o envolvimento ocorra. Não obstante, impõe-se a necessidade de se consultar a comunidade e de tratar os assuntos da escola de forma transparente, honesta e franca.

Dessa forma, vemos que uma escola participativa, vai muito além das regras positivadas. Cada escola, outrossim, deve estabelecer o seu próprio caminho a ser trilhado, considerando suas necessidades e particularidades próprias, mas se abrindo e se moldando de acordo com a necessidade dos alunos e da comunidade escolar. Desse modo, a gestão democrática, como um processo de construção permanente, deve abranger a participação da comunidade escolar nos aspectos pertinentes a todas

as ações desenvolvidas pela escola, buscando uma horizontalidade que valorize ideias que promovam o aprimoramento de ações pedagógicas, desenvolvendo assim, um ensino cada vez mais efetivo e significativo na vida de seus educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que a arte se manifesta de diversas formas e em diferentes momentos históricos conforme sua necessidade, podemos compreender que seu papel possui caráter transformador na medida em que promove a humanização do indivíduo. Ao abordar o tema, percebemos que é necessário abrir um campo de reflexão sobre a importância da arte a fim de torná-la acessível a todos os sujeitos. Quando se questiona e se reflete sobre os acontecimentos, dos pré-históricos aos atuais, vê-se que a arte tem como função fundamental, facilitar a sobrevivência e o enfrentamento dos medos, dos desafios e das agruras da existência humana. Ao mesmo tempo, a arte se mostra um caminho possível de modificação da própria história de vida das pessoas como mecanismo de superação da própria realidade de vida. Desse modo, o texto aqui apresentado também se propôs a pensar sobre os elementos que a arte comporta e que podem facilitar a catarse e o empoderamento de jovens em conflito com suas famílias ou com a lei.

Em suma, diante do que foi apresentado neste texto, fica o alerta e a sugestão de que cabe aos professores de artes, bem como profissionais que administram e que fazem parte da Gestão Escolar de várias escolas, proporcionar o acesso à transformação pessoal e coletiva, pois o trabalho das artes extrapola o mero ensino/aprendizagem e se torna um meio de mudança e melhoramento de toda vida social, escolar e pessoal, pois crê-se que a real mudança acontece na medida em que todos os envolvidos no processo educacional se tornam sujeitos empoderadores e empoderados haja vista que o processo de humanização é recíproco, pois tantos professores quanto estudantes ganham com isso.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos**. 1947 (Fonte: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br>).

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Ditos & Escritos VII. Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 46. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Ética, Sexualidade, Política**. Ditos & Escritos V, Trad. Elisa Monteiro e Inês A. D. Barbosa. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária Ltda., 2004.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro**, estudos de teoria política – Humanística. Tradução: SPERBER, George; SOETHE, Paulo A; MOTA, Milton C. São Paulo. Editora Loyola, 2002, p. 404.

LIBÂNEO, José Carlos. **A organização e a gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo (Org.). **Cidadania e Meio Ambiente**. Salvador: CRA, 2003.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. In: Em Aberto. Brasília, fev./jun, 2000, v. 17, n. 72, p. 1-195.

NETO, Manoel José de Souza (Org.). **A (des)construção da Música na Cultura Paranaense**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2004.

OLIVEIRA; Adão F. de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiás, Editora da PUC, 2010.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares de Educação Básica: Arte**. Curitiba: Imprensa oficial. 2008

PEIXOTO, Maria Inês Hamann. **Relações arte, artista e grande público: a prática estético educativa numa obra aberta**. 2001. Tese de Doutorado - Univ. Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, 2ª ED. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, n. 8, p. 20-45, jul/dez 2006.

SUBTIL, Maria José Dozza. **A lei n. 5.692/71 e a obrigatoriedade da educação artística nas escolas: passados quarenta anos, prestando contas ao presente**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 125-151, set./dez. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/rbhe.2013.006>